



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI — TRÁFICO DE ARMAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 312P/06	DATA: 30/3/2006
INÍCIO: 10h31min	TÉRMINO: 11h41min	DURAÇÃO: 1h10min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h08min	PÁGINAS: 29	QUARTOS: 14

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Delegado da Polícia Civil no Município de Águas de Santa Bárbara, Estado de São Paulo.

JULIANA APARECIDA DE CAMARGO - Presa na penitenciária de São Bernardo, Município de Campinas, Estado de São Paulo.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos. Aprovação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Há termos ininteligíveis.

A reunião de audiência pública é transformada em reservada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Havendo número regimental, declaro aberta a 57^a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas.

Volto a ressaltar que hoje, às 15h, no Itamaraty, nós teremos a reunião — iniciativa inédita na América do Sul — com os países da América do Sul que fazem fronteira com o Brasil. Dessa reunião, tenho certeza, poderemos sair com ações concretas de combate ao tráfico de armas.

Eu espero que os sub-relatores estejam já com documentação, para que possam mostrar aos embaixadores, oficiais e autoridades desses países que estarão lá hoje à tarde: Deputado Francisco Appio, fronteira com o Uruguai; Deputado Colbert Martins, fronteira com a Argentina; Deputada Laura Carneiro, fronteira com o Paraguai; Deputada Perpétua Almeida, fronteira com a Bolívia e o Peru; Deputado Luiz Couto, toda a fronteira norte, especialmente com o Suriname, mas também o que tiver relação com as Guianas, a Venezuela e a Colômbia. Esses são os sub-relatores que têm de estar presentes lá na reunião, para que possamos agilizar os procedimentos da CPI de combate ao tráfico de armas nas fronteiras.

Esta reunião foi convocada para ouvir o Dr. Marco Antonio de Oliveira, Delegado da Polícia Civil de São Paulo, de Águas de Santa Bárbara, que fez uma operação brilhante, em que conseguiu desbaratar uma quadrilha que estava usando um míssil, com quantidade de explosivo artesanal dentro dele, que iria fazer um rombo muito grande na penitenciária de Iaras, se não me engano. Felizmente, foi desbaratada a quadrilha antes que utilizasse esse instrumento de destruição.

Depois ouviremos Carlos Alexandre, um dos presos, e Juliana Aparecida, outra presa.

Mas, em primeiro lugar, ouviremos o Dr. Marco Antonio de Oliveira. Pode vir à frente, por favor, e sentar-se aqui conosco. (*Pausa.*)

Dr. Marco Antonio, em primeiro lugar, parabéns pela operação. Em segundo lugar, agradeço muito a sua presença. Agradeço também ao Chefe da Polícia Civil, ao Secretário de Segurança por facilitarem a sua vinda aqui hoje. Quero dizer que, para nós, é uma satisfação poder ouvi-lo sobre esse problema de tráfico de armas.

Antes, porém, quero reconhecer a presença aqui do Deputado Paulo Duarte, um irmão nosso lá do Ceará que conhece o Deputado Luiz Couto, já estiveram juntos. É uma satisfação muito grande ter V.Exa. aqui conosco hoje, Deputado.



Tenho certeza de que, com a experiência que tem, V.Exa. também pode colaborar com idéias para esta Comissão.

A palavra é sua, Dr. Marco Antonio.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Exmo. Sr. Deputado Moroni Torgan, Presidente desta Comissão; Exmos. Deputados membros desta Comissão, senhoras e senhores, eu é que agradeço o convite e espero poder contribuir com alguns esclarecimentos.

A pequena cidade de Águas de Santa Bárbara é uma instância turística hidromineral no interior do Estado de São Paulo. Nós tivemos contato com investigadores do 1º Distrito Policial da Cidade de Itu, onde, em interceptações telefônicas, foram colhidas informações de que um dos detentos recolhidos na penitenciária de Iaras estava ainda comandando o tráfico e de que parte do bando estava instalada em Águas de Santa Bárbara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Doutor, fale um pouquinho mais para a direita, que fica bem na linha do microfone. O técnico da gravação está pedindo.

Muito obrigado, doutor. Desculpe interrompê-lo.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Então, com essa informação de que parte desse bando estava em Águas de Santa Bárbara, na interceptação eles ouviam que estavam com farto material: ferramentas e uma grande quantidade de "mato verde" — é o que eles falavam. Entendeu-se a princípio que seria tráfico mesmo. Com a ajuda da DISE, que é a Delegacia de Investigações sobre Entorpecentes, de Avaré, e mais os investigadores de Itu, solicitamos mandado de busca para aquela residência na nossa cidade e lá encontramos, então, o Sr. Carlos Alexandre Rodrigues, Douglas Constante Dória e Juliana Aparecida de Camargo.

Não encontramos entorpecentes, mas, para nossa surpresa, em um dos cômodos da residência estava um simulacro de míssil, um foguete sobre uma base também simulada, de fabricação artesanal, como se imitando uma base de lançamento daquele míssil. E ainda um fuzil HK, de fabricação alemã; uma submetralhadora Ingram, de fabricação americana; farta munição e mais 6 cartuchos de emulsão explosiva.

De pronto, eles já nos esclareceram que haviam sido contactados para efetuar guarda daquele armamento e material explosivo, que seria usado na muralha



da penitenciária de Iaras, cidade limítrofe ao nosso Município, para resgatar o traficante Preto, o Tiliu e Firmão, entre outros detentos daquela penitenciária. Então, o armamento era para garantir a ação criminosa quando de alguma reação vinda das muralhas.

Eles não nos souberam informar a origem, como chegaram à posse daquele armamento, somente que foi oriundo de Campinas. Que o grupo de traficantes lá de Campinas havia os arregimentado para aquela ação criminosa. Não tiveram tempo de agir, aguardavam a vinda de reforços para a tentativa do resgate na penitenciária. Então, foram presos em flagrante.

Já encaminhei cópia de todo o inquérito e mais o relatório. Hoje trouxe também o laudo final sobre o material explosivo e sobre o armamento, para ficar à disposição dos senhores. Mas ali não foi esclarecida a origem, de onde e como obtiveram o armamento.

A princípio se aventou alguma participação de facção criminosa, o que no meu inquérito concluído e remetido ao fórum não foi esclarecido. Não foi possível chegar a essa informação correta. Para isso, eu encaminhei cópia também de todo esse expediente para a Delegacia Seccional de Polícia de Avaré, onde sei que já tem um outro inquérito instaurado que prossegue na investigação. As diligências ainda não se esgotaram, estão prosseguindo, para se buscar as qualificações desses demais comparsas. Devido a essa complexidade das ramificações da quadrilha ou bando, e ainda pela exiguidade temporal para suas conclusões e, ainda, pelas diversas localidades que podiam abranger, encaminhei, então, esse material para a Delegacia Seccional, onde já tem outro inquérito em andamento.

Apuramos a qualificação desses presos que seriam resgatados — desses 3 que eu citei, pelo menos. Todos já têm condenação. O que tem menos tempo para puxar de cadeia ainda tem mais de 30 anos.

E, seguindo, isso foi dia 16 de setembro de 2005. No dia 27 de setembro, poucos dias depois, houve uma remessa pelo correio, por caixas de cobertores, contendo ainda mais 4 fuzis, mais 2 submetralhadoras, pistolas, granada defensiva de fragmentação. Encaminharam por SEDEX. Já estava no interior da penitenciária quando foi descoberto — a Penitenciária Orlando Brando Filinto, que fica no Município de Iaras. Então, também já é objeto de outro inquérito pela Delegacia de Investigações Gerais de Avaré.



No dia 16, aconteceu em Águas de Santa Bárbara. No dia 22, houve uma detonação de um simulacro de míssil no ABC, entre Diadema e Santo André, ao lado do Centro de Detenção Provisória. Os próprios marginais foram enganados por quem fabricou o míssil. Eles acharam que ia alçar vôo, que naquela base de lançamento ia... Mas não é. Eles teriam que chegar com aquele material até ao lado da muralha para que fosse detonado. E eles detonaram no estacionamento de um condomínio residencial um míssil, igual ao que eu apreendi lá, no dia 22 de setembro de 2005. Um deles morreu, outro perdeu o braço. E só destruição de 8 veículos em volta e em várias residências ali, mas não chegaram a atingir a muralha. Então, eles também compraram enganados esse simulacro de míssil.

No mais, como eu disse, a investigação ainda está em andamento pela Delegacia de Investigações Gerais de Avaré para se chegar aos demais comparsas, à qualificação correta de outros detentos que poderiam ser resgatados.

O veículo que eles usavam também foi apreendido por Avaré. Já foi detido mais 1 indivíduo que dirigia esse veículo e trouxe esse armamento para Águas de Santa Bárbara. Foi detido também um comerciante da cidade de Iaras que dava a logística. Ele é dono de 33 imóveis, e ele aluga só para mulheres de presos que vão visitar os detentos em Iaras. Ele dava a logística. Nós temos informações nos autos que ele também fazia o depósito de entorpecentes, de armas que elas... E durante a prisão dele, todo o tempo o telefone celular ficava tocando, e era o número que estava sendo interceptado. Era o número de um traficante detido na penitenciária, e parte deles também em Itu tentava se comunicar com ele, mesmo durante a prisão dele em flagrante. Então, ele também ficou detido em flagrante.

A minha explanação é mais em cima desse meu inquérito. Esses outros dados do ABC e de Iaras foram informações dos colegas que trabalharam neles e também pela imprensa. Então, fico à disposição dos senhores para eventuais esclarecimentos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Doutor, por gentileza, só para eu entender — Deputado Paulo Pimenta, sou Relator da CPI: esse pessoal que estava preso que seria resgatado é um pessoal ligado a alguma facção, algum grupo criminoso? Os 3, esses aí?



O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - No meu inquérito, eu não tive subsídio para afirmar isso, mas houve informações inclusive nesse inquérito da DIG de Avaré, tem lá o esboço de um estatuto do PCC, Primeiro Comando da Capital...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Há uma suposição.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - É.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Uma hipótese de que esses presos que seriam resgatados são presos ligados ao PCC.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Se não integrantes da facção, pelo menos ligados a eles, porque esse armamento pesado não se...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E esses que foram presos já eram também pessoas pedidas pela Polícia, com condenação, os que foram presos?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Investigados por tráfico.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não tinham condenação?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - O Carlos tinha uma condenação, sim, mas não tenho no momento aqui os antecedentes para informação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas poderia ser dito que esses que fariam a operação também eram pessoas ligadas ao PCC? Ou parece mais, digamos assim, um serviço terceirizado? Teriam sido contratados para uma operação de resgate?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Pelo menos até o que a gente chegou, que eles nos informam, seria isso. Até pela ação ser compartimentada, dividida por departamentos, um não sabe até onde o outro vai. Por isso até que eles foram deixados para ficar na guarda do material.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deixe-me ver se eu entendi, então. Esses que foram presos com as armas e com a munição alegam que estariam só guardando o material, é isso?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Isso. Um deles resolveu falar, e eu até ouvi apartado ao flagrante, e mandei envelope lacrado à juíza, para segurança.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Qual é ele?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Um dos detidos. Então, foi mandado lacrado...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ah, sim.



O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Eu não mencionei, colhi essas declarações, essa informação dele é apartado. Está com cópia no subsídio aí, mas...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele se dispôs a...

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Informou mais da ação de tráfico, da ação de já estar ligado ao tráfico, até porque constava nas ligações interceptadas a voz dessa pessoa, negociando entorpecente. Então, ela já estava integrada à quadrilha desse traficante que ia ser resgatado. Resta ainda fechar a investigação para saber se realmente pertencia ou não ao Primeiro Comando da Capital.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Faziam parte da quadrilha de traficantes. Se essa quadrilha realmente integra o PCC, eu não pude fechar essa informação no meu inquérito.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E a respeito da origem dessas armas o senhor também não conseguiu avançar?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Não se chegou. Disse que seria um cidadão de prenome Flávio que os teria contratado e trazido o armamento de Campinas para a nossa cidade.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E nos laudos periciais das armas e da munição também não foi possível avançar em termos de identificação?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Não, não foi. O armamento estava com a numeração suprimida, não é? Estava raspada a numeração do armamento, não foi possível a identificação da origem.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas eu vejo aqui, doutor, que o lançador de míssil, com o respectivo foguete, tinha o brasão do Exército Brasileiro.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - O próprio Exército também foi chamado a identificar antes de qualquer perícia, e não pertence, não é de uso militar, é de fabricação artesanal. Isso são brasões que eles retiraram ou de fardas, ou de boinas do Exército, e tentaram ali imitar, dizendo que seria vinculado ao Exército. Mas o próprio Exército descartou a vinculação com aquele armamento. E a perícia depois do GATE, grupo especial de explosivos, deu como fabricação artesanal, não é do Exército.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Fabricação artesanal?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Fabricação artesanal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Um míssil com plataforma e tudo?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - É um simulacro de míssil, um foguete, um tubo de um metro e meio, com cerca de 15 quilos de pólvora branca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Dá para fazer um estrago grande, não é?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Dá. O tenente do GATE me informou o seguinte: esses fogos de artifício com que a pessoa perde a mão ou parte dos dedos, eles contêm 0,3 grama dessa pólvora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - De pólvora branca.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - E ali tinha 15 quilos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só para ter uma idéia do estrago.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Algumas mãos iriam voar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Com 0,3 grama de pólvora branca arranca mão; com 15 quilos...

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - E não era também a pólvora... Foi comprada a limpa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Com 3 gramas, arranca 10 mãos. Dá para se fazer o cálculo do que pode acontecer com 15 quilos.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - A perícia disse o seguinte: nessas bombas caseiras que o pessoal de torcida organizada faz, encontra-se sujidade. Eles desmancham o rojão para utilizar a pólvora. Essa não, ela era limpa. Então, foi comprada para aquilo mesmo. É artesanal, mas a pessoa tinha conhecimento para fabricar aquilo lá. Só não passou esse conhecimento para quem estava usando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É impressionante esta comparação: 0,3 grama arranca 1 mão; 15 quilos arrancam 1 muralha com facilidade e ainda destroem, eu acho, uma parte do pavilhão.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Então, eles teriam de chegar próximo à muralha com isso, carregar 110 quilos de ferro — ficaria uma granada gigante — até a muralha, detonar. Era o mecanismo elétrico uma bateria de



motocicleta para acionar, a pólvora é altamente instável, o acionamento dela é muito fácil. Qualquer faísca, qualquer pancada...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, ele estava pronto para ser utilizado, não é? E iria explodir mesmo.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Iria derrubar uma muralha com certeza. Foi feito teste, foi feita toda a perícia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E iria derrubar a muralha?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que loucura! A origem dessa pólvora branca alguém conseguiu saber?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Não também, porque não é muito difícil a aquisição, segundo o tenente do GATE, mas sempre no mercado paralelo, nunca...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pelo que entendi, a pólvora branca é bem mais forte do que a pólvora preta.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Ela é mais fácil de ser acionada. Tanto que se parou de trabalhar com ela. A parte militar parou de utilizar, porque é muito fácil, qualquer faísca ou movimento brusco poderia detonar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que loucura! Então, eles podiam explodir mesmo levando de um lado para o outro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Essa pólvora branca quem é que utiliza ela em termos de uso comercial, por exemplo, pedreira, esse tipo de coisa ou não?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - É mais para fogos mesmo, para fogos de artifício. O uso dela comercial está mais restrito a fogos de artifício.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Agora, para o cara ter 15 quilos, não é... Quais seriam as hipóteses da origem dessa pólvora?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Até eu fechar o meu inquérito, não tinha ainda nem o laudo. Isso foi chegando, as informações que vieram aqui para São Paulo, para a Capital.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O que poderia o senhor, pela sua experiência... Essas fábricas de artifício, elas compram pólvora de quem?



O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - As fábricas em si têm um acompanhamento, é exigido um acompanhamento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quem fornece pólvora branca para fábricas de artifício no Brasil, o senhor sabe?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Ah, não sei. Não sei informar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Esse controle certamente é o Exército que tem, não é?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ou pelo menos deveria ter.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Além dessa pólvora branca, eles tinham mais 6 cartuchos, uma emulsão, que é um gel explosivo. Esse é usado em pedreira. Mais 6, de 40 centímetros, uma banana que a gente chama de explosivo, que também derrubava o resto de parede. Se a primeira bomba não derrubasse, esse outro gel explosivo, com certeza, ia derrubar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dr. Marcos Antônio de Oliveira, parabéns pela operação. Em primeiro lugar, queria que o senhor me explicasse. Por exemplo, essa operação parece que não está localizada só naquele Município de Santa Bárbara, mas tem outros Municípios também, tem Avaré, tem Itu, Campinas... É isso mesmo, o raio da ação dessa quadrilha era só para aquela penitenciária, ou eles já tinham uma história longa de atividade nesse ramo?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - A história toda começou pela investigação de tráfico de entorpecente na cidade de Itu.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - De Itu.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Acabou caindo em Águas de Santa Bárbara pela prisão de um dos líderes dessa quadrilha de tráfico. Ele estava preso na penitenciária de Itararé, e continuava comandando esse tráfico. Então, através da interceptação telefônica dele com os comandados é que se chegou a essa informação toda da apreensão desse explosivo e armamento. Eles agiam na região de Itu, no tráfico de entorpecente.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É. Porque aparece também aqui em alguns, Cerqueira César, Iaras, Itu, Campinas e Águas de Santa Bárbara.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Isso. Águas de Santa Bárbara conta com 1 investigador e 1 carcereiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - É toda a minha equipe.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sua equipe é essa.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Em Águas de Santa Bárbara. Então, por isso, pedimos apoio à Delegacia Seccional, que é em Avaré.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah, certo.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Então, vem lá: Delegacia de Entorpecente; Delegacia de Manduri, fica do lado; Cerqueira César, do lado. Onde tem cadeia. Em Avaré, tem mais 2 penitenciarias. Depois, tem mais uma em Itaí. Então, a região tem 4 penitenciárias pesadas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer que essa operação do tráfico de armas tem vinculação com o tráfico de drogas, onde o "mato verde" aparece, mas aparece também, parece-me, coca, não é? E foi feita a apreensão de um cachimbo caseiro que poderia ser usado também para *crack*, não é?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Depois de prender os 3, o Carlos, a Juliana e o Douglas, na residência com o armamento, aí um deles nos disse que esse Adilson Cortez é o comerciante de Iaras, lá da cidade de Iaras, onde fica a penitenciária, dava guarda, dava orientação, ficava de depositário do entorpecente, quando eles traziam alguma quantidade, e dava logística para eles agirem na região de Iaras. Conhecia toda a área rural.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - A gente foi diligenciar também em Iaras, lá nessas casas, numa dessas casas que a pessoa indicou onde teria realmente, encontramos entorpecente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Lá em Iaras há outro inquérito em cima desse tráfico.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Também, não é?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Outro inquérito.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No termo de depoimento do Sérgio Lemos de Oliveira, ele fala de comum... Sérgio era testemunha, não é?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Esse é o Delegado de Entorpecentes.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Delegado. É. Então, ele disse que, quando chegou lá na casa, encontrou Juliana em casa, Alexandre na sala da casa; depois se dirigiu ao quarto e encontrou um banheiro conjugado; havia uma porta fechada; tendo o depoente batido à porta, de lá saiu o Douglas.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - O Douglas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E nesse banheiro que foi encontrado esse míssil, o lançador, o direcionador, as 6 bananas, etc.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Certo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas aí diz que Juliana, que foi presa, informou que havia mais indivíduos nas imediações. Esses outros indivíduos foram identificados?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Não, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Até era para ter acontecido a ação, uma tentativa de resgate na penitenciária na quinta-feira.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sei.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Por algum atraso, essa equipe não chegou na quinta-feira. Na sexta, a gente começou a ter essa informação e interrompemos a ação deles. Então, eles não vieram.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Não chegaram a retornar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer que somente parte da quadrilha foi presa? Há muito mais gente?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Tem, tem muito mais gente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito mais gente.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Por isso que eu dividi o inquérito, instaurado por laras, pelo tráfico...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.



O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - E depois pela Delegacia de Investigações Gerais da Seccional, em cima dessa quadrilha toda, para tentar qualificar os outros comparsas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Outra coisa importante: aparece uma figura, um nome Flávio. Esse Flávio foi identificado?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Não. Esse, segundo os detidos, foi quem os arregimentou. Ele que contratou esse povo e ele que levou essa arma lá, essa arma, esse explosivo lá. Esse Flávio não foi localizado, não foi identificado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não foi.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Ele seria de Campinas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Seria de Campinas, não é?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Seria de Campinas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esse Adilson Cortez Del Peso, era ele que...

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - É da região de Iaras, é natural da região.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não apenas as drogas, mas também as armas ou aquilo que a quadrilha pegava...

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Nesse mesmo flagrante eu o autuei também pela posse dessa arma e desse explosivo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Porque ele foi quem orientou, ele que apresentou para alugarem essa casa de veraneio lá onde guardaram o armamento. Então, ele foi autuado também pela posse do armamento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esse número de mulheres que aparece, eram amantes ou esposas de presidiários? Elas tinham também uma atuação na quadrilha ou eram apenas... ou seja, alugavam as casas?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Esse Adilson possui 33 imóveis, 33 casas, e ele aluga só para familiares dos detentos da penitenciária de Iaras. Todas as casas... Tem até um barracão com vários beliches, e ele aluga para esse povo que vem visitar os presos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Tem a Andressa, há uma escuta telefônica onde aparece o telefone dessa Andressa, tem a Lucilene, a Fabiana e a



Mônica. Das mulheres, a que foi presa foi apenas a Fabiana, ou tem mais alguma outra que foi presa?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Não. Até depois do flagrante, foi fechado nisso aqui. O inquérito está continuando, elas foram identificadas porque, para nos ajudar, elas colocaram as drogas cada uma em sua bolsa. Então, tinha lá 300 gramas de maconha na bolsa da Fabiana com a identidade. A identificação para nós ficou fácil, está identificado que a droga era dela.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, certo.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Mas elas não foram localizadas, não foram encontradas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o Sr. Pedro Eusébio Machado tem alguma coisa a ver com isso aí?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - O Sr. Pedro é morador de Águas de Santa Bárbara, ele tem casas que ele aluga, de veraneio, tem várias casas de veraneio. O pessoal que mora em São Paulo vai passar final de semana; como é estância turística hidromineral, então o pessoal aluga a casa para pessoas que vão passear, vão freqüentar a estância turística.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O Sr. Silvestre Luiz Alberto também não tem nada?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Também não, é dono da imobiliária da cidade.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Outra coisa que eu queria entender. Esses presos Preto, Tiliu e Firmão eram os que a operação iria libertar?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Isso, nos indicaram que seriam esses 3 o alvo do resgate.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E eles foram presos por que razão? Eles estavam presos lá...

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Roubo, tráfico, homicídio. Desses 3, pelo que eu puxei dos antecedentes, o que tinha menos tempo de cadeia para puxar... eram 45 anos.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E eles seriam retirados porque havia um planejamento para um grande roubo na região, era isso?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Nós entendemos, no início, que podia ser um roubo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Por dizer: *"Estou com a ferramenta"*, *"Estou com o material"*, *"Vai ter um encontro em Águas de Santa Bárbara"*, então a gente entendia que fosse algum roubo, mas a ação era para o resgate deles.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo, resgate mesmo.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Tanto que eles já haviam serrado as grades. No raio da penitenciária onde esses caras estavam guardados, estavam reclusos, as grades já tinham sido serradas por dentro, eles aguardando esse resgate de fora.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Além do míssil, havia também a área de lançamento que tinha um brasão do Exército. E foi identificado de onde esse lançador de míssil teria vindo? O Exército identificou?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Identificou como não pertencente ao Exército.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não pertencente. Quer dizer que...

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Foi extraído de algum fardamento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O brasão foi também uma forma que eles colocaram para tentar despistar também.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Isso, isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Que não pertencia ao Exército.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Não era de uso militar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Era pintado? Como era?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Isso, esse brasão é esmaltado, como distintivo de boina, de fardamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Estava colado?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Estava colado tanto no foguete como na base.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, estou satisfeito.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Diz que não ficaram só aí as tentativas, diz que houve uma tentativa de mandar inclusive por SEDEX o armamento. É verdade isso?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - É verdade. Eu trouxe uma cópia do boletim de ocorrência de laras sobre esse fato. Foi alguns dias depois. Dia 16 de setembro, foi o flagrante lá; dia 27 de setembro, eles tentavam encaminhar com caixas, por SEDEX, com alguns cobertores, caixas de cobertores, que já estavam dentro da penitenciária. No manusear uma das caixas... O alicate também para cortar grade estava, abriu uma das caixas, onde se identificou que tinha... Ao abrir, tinha lá 4 fuzis, 5 pistolas 9 milímetros, 45.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quatro fuzis, 5 pistolas?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Tinha colete, tinha 2 submetralhadoras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Duas submetralhadoras?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Uma Uzi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas que raio de caixa de SEDEX é essa? Tem que ser uma caixa muito grande. Eram várias caixas? Como que era?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Duas caixas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Duas caixas?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Duas caixas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E tinha todo esse armamento lá dentro?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Mais uma granada defensiva de fragmentação na mesma penitenciária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E chegou na penitenciária?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Entrou na hora de o agente abrir, porque o diretor que estava lá determinava que o agente abrisse na frente do preso que ia receber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ah, sim.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Na hora que fosse abrir, já ia começar a festa. Já ia...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E aí conseguiram ver antes?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Porque teriam acesso. Se ele tinha que abrir na frente do preso teria acesso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É. Mas como é que fizeram? Abriram antes? Como é que foi?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Por sorte, uma das caixas escorregou e o cano do fuzil ou a ponta do alicate, aquele alicate de 12 polegadas, abriu a caixa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer que ia abrir na frente dos presos. O preso pegava o armamento e já fazia...

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Rendia os agentes e o resgate ia ser de dentro para fora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E não tem. O que é estranho é que um negócio desse pesa para caramba, não é?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, conversando agora com o Delegado Dornelles, isso revela também que os Correios não têm nenhum sistema de raio X, de controle do que transporta. Como é que o SEDEX transportou toda essa carga e entregou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Imagina o que o SEDEX está transportando por aí!

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Isso supõe que deve ser transporte por avião. O SEDEX talvez...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E estavam todos municiados, tudo direitinho?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Estavam municiados, pronto para uso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Inclusive uma granada.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Esse fato baseia um inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor deixa depois. Manoel, depois pega a cópia disso, por favor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Esse inquérito é importante, hein? O senhor sabe a origem, o remetente do SEDEX, qual é o Município?



O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Foi identificado, foi preso inclusive.

Só que não foi... Eles colocaram nos Correios ali mesmo de laras. Foi levado até ali pelo mesmo Mondeo que levou esse armamento para... Esse motorista do Mondeo está detido, está indiciado nesse inquérito, foi identificado. Agora, a partir dali...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Foi ele, ele entregou nos Correios ali mesmo no Município?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Isso. Foi postado ali mesmo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mandou um SEDEX da cidade para ela mesmo.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que coisa esquisita! É muito esquisito isso.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Também, mais recente, em Presidente Bernardes, houve apreensão de outro desse míssil. Era mais uma tentativa de resgatar líder do PCC lá, o Marcola.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E tem alguma notícia onde é, porque eu soube também que em Santos também houve uma, em São Paulo, uma apreensão também. Qual é a origem? Quem é que está fabricando isso?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - O pessoal do GATE, quando foi apreendido esse de Santa Bárbara, disse que era o quinto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É o quinto?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Que eles tinham notícia, era o quinto, já teve mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas é isso. Tem que... Lançador de míssil, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - E isso está acompanhando as penitenciárias.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É que a Polícia Civil de São Paulo e a Polícia Militar são competentes. Por isso que tem aparecido tanto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, eu não tenho dúvidas disso. Eu só quero descobrir onde é que estão fabricando isso. Vejam a orientação do delegado: 0,3 grama da pólvora branca de fogos de artifício arranca 1 dedo, 1



mão, uma coisa assim, 0,3 grama. Esse míssil tinha 15 quilos de pólvora branca. Imaginem o estrago que isso ia fazer, ia arrombar a penitenciária.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas é como o Dr. Marco Antonio está falando. Eles utilizam isso para tentativa de resgate, de fuga.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - É, as apreensões estão seguindo as penitenciárias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, já utilizaram isso inclusive contra delegacias também, se não me engano na Baixada Santista. Então, é uma coisa que nós temos, é uma questão, eu acho, das Polícias, da CPI...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, foi no Presídio de São Vicente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...das Polícias, de CPI...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Foi no CDP de São Vicente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...descobrir onde é que estão fazendo esses mísseis. E outra coisa que causa uma preocupação enorme, em 2 caixas de SEDEX... Qual é o armamento? Me dê a lista do armamento apreendido. Em 2 caixas de SEDEX que já estavam dentro da penitenciária, vejam o armamento que foi apreendido.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Três pistolas Taurus calibre 380; 1 pistola Smith & Wesson calibre 9 milímetros; 1 pistola Colt 45; 2 carregadores; 1 granada defensiva de fragmentação; 1 alicate de 12 polegadas, 4 coletes balísticos; 1 submetralhadora Uzi; 1 submetralhadora Uru; 1 fuzil marca MAK-90, de fabricação chinesa; 1 fuzil Bushmaster; 1 fuzil marca Colt.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Três fuzis, 2 submetralhadoras e não sei quantas pistolas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Doutor, foi localizado o destinatário, o eventual remetente?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Tinha o destinatário. Está lá na caixa. Esse é o objeto de um outro inquérito que eu não estou trabalhando nele. Mas o colega me informou que tem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E veja o interessante do negócio.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Na tese do Presidente, nós precisamos pegar esse outro inquérito, então. Precisamos pegar essa informação, porque ela vai mostrar o destinatário e o remetente. Aí a gente vai fechar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Exatamente. Mas imagina tudo isso aí mandado por SEDEX. Quer dizer, os Correios podem estar mandando armamento, granada, explosivo de um lado para o outro aí sem ter o mínimo controle sobre isso. Vejam, esse material aí é um peso incrível, botar todo esse material aí é um peso enorme. E chegou dentro da penitenciária. Por acaso, a caixa caiu e apareceu a ponta do alicate lá. Eles iam abrir essas caixas na frente do preso. Na hora que abrisse a caixa, o preso ia pegar as metralhadoras, tudo, render todo mundo. Quer dizer, aí realmente eu acho que o velhinho lá de cima cuidou da vida desses agentes, viu?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Qual a origem do SEDEX? Vem de onde o SEDEX?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Então, a informação que nos chegou é que ele foi postado ali mesmo em Iaras. Ele foi trazido de um veículo Mondeo, o mesmo veículo que trouxe esse armamento para Águas de Santa Bárbara, que trouxe ali para Iaras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas é estranho, não é?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Foi postado ali.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Cobertor não pesa tanto assim. E aquilo ali, com todo esse armamento, devia ter um peso danado.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - São 800 presos ali. O movimento de Iaras está praticamente girando em torno da penitenciária. Na cidade, são 2 mil habitantes. Então, realmente postou ali nos Correios, é a penitenciária que vai retirar isso aí nos Correios. São cerca de 2 mil habitantes em Iaras, e na penitenciária são 800 presos. Iaras está meio privilegiada: essa penitenciária, 2 FEBEMs e mais 1 acampamento do movimento dos sem-terra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Talvez seja aquele posto dos Correios.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Na verdade, doutor, tem Prefeito que faz acordo com o Governo do Estado para dar área para FEBEM, para CDP; em contrapartida, arruma outros benefícios para a cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas é impressionante.



Os Deputados têm mais alguma pergunta a fazer?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu só queria... Dentro desse grupo, Carlos Alexandre, Douglas, Juliana, Adilson Cortez, se fala que o Adilson tinha a função de guardar... O Carlos Alexandre era o chefe da quadrilha ou era o Flávio?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Não, dessa parte da quadrilha, o que nos chegou aqui é que o chefe seria o Preto, alcunhado Preto, que estava detido em Iaras, na penitenciária.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Mas quem é que coordenava, desse grupo que estava fora?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Seria o irmão desse Preto, que é lá de Itu, e mais esse Flávio, de Campinas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Flávio. E qual era o papel do Carlos Alexandre?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - O Carlos participava também do tráfico e obedecia ao comando desse Preto. Ele e a Juliana traziam droga para ele ali na penitenciária e estavam também trazendo... trouxeram esse armamento para tentar o resgate dele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sei. E o Douglas?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Também foi trazido o Douglas para ajudar na ação e viriam mais cerca de 10.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Por que, nesse caso, como tinha uma base de lançamento, tinha um míssil, alguém teria que operar isso. Foi identificado quem é que da quadrilha era o operador dessa base de lançamento?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Ele não chegou até a cidade, porque a ação estaria encomendada para uma quinta-feira. Como não chegou, quem ia operar, que eles chamavam de Capitão, quem ia operar não veio, esse reforço de São Paulo. Quem ia usar esse armamento não veio. Eles estavam ali praticamente guardando esse armamento, esperando esse reforço para...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Era o Douglas que estava aguardando?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - O Douglas, o Carlos e a Juliana.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. E aquele... Porque, na vinda, parece que tinha um motorista que trazia a Fabiana e o conhecido pela alcunha de Dentista. Foi identificado?



O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Não, essas pessoas... deixaram os 3 tomando conta da casa, e eles voltaram para Campinas, para São Paulo, para buscar o reforço: a Tia, o Dentista, o Flávio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Olha, uma coisa que me deixou... Na realidade, o senhor disse que o Sr. Pedro e Silvestre não têm nada. Mas, por exemplo, o Flávio esteve também com a Fabiana conversando lá para fazer esse aluguel. Ou seja, essa questão de alugar sempre espaço para mulheres de presidiários não parecia uma coisa meio estranha, não?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Da parte do Sr. Pedro Eusébio, do Sr. Silvestre, em Águas de Santa Bárbara, eles alugam para quem ali comparece, pessoas de São Paulo que vão passear, turistas. Ali é turístico. Eles alugam para temporada, para finais de semana.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas sem...

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - O Sr. Adilson já não. Adilson só aluga para as mulheres de preso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É, não é? Mas, por exemplo, quando você vai fazer o aluguel, você tem o documento. Quer dizer, nem sequer o documento do Flávio foi solicitado?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Não. Pelo que nos passaram, a pessoa se apresentou como Flávio. Nem sabe se, efetivamente, é o Flávio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu sei. Mas no caso não havia contrato de aluguel...

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Eles usaram o nome do Sr. Adilson...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, o cara pagava antecipado, e estava lá, e usava. É como em alguns locais, onde também o hotel não pede identificação nem nada. Também ele não pediu identificação nenhuma?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Eles pagaram para usar a casa por 5 dias...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Cem reais...

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Acabaram usando só 2 dias.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é. Então não havia... não havia.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Não.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Da parte da autoridade, por exemplo, há orientação para que, de fato, essas pessoas solicitassem a documentação de quem faria o aluguel daqueles imóveis?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - A Polícia Civil, pelo menos no Estado de São Paulo, hoje, ela não detém mais a fiscalização sobre hóspedes de hotéis.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não tem.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quem que faz isso aí?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Seria...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ninguém?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Seria a Secretaria de Turismo do Estado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer que a Polícia não faz mais? É um dado interessante, a Polícia Civil não faz mais esse controle das pessoas que ocupam espaço de aluguel. Ou seja... Até dos hotéis também?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Dos hotéis também.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, não teve identificação nenhuma. O cara pode entrar no hotel...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É verdade.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ou seja, apenas quem faz isso, para a questão de ver o turismo, é o setor de turismo. Então, isso é muito grave. Eu acho que a CPI tem que controlar, porque nós tivemos problema lá em Foz do Iguaçu com aquele que, normalmente, também não tem identificação nenhuma, não exigia identificação nenhuma.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O que me chama a atenção, padre, Presidente, vejam bem: numa cidade, como diz o delegado, com 2 mil habitantes, 800 presos, chega uma pessoa nos Correios da própria cidade, uma coisa atípica, envolve 2 caixas de SEDEX e pede para entregar no presídio da cidade. E os Correios levam, sem sequer checar o que tem dentro. E tem arma carregada dentro das caixas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E não é qualquer arma.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, pelo amor de Deus...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E são várias pistolas, 3 fuzis, 2 metralhadoras. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É muito estranho o procedimento dos Correios. Vão me desculpar, mas...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu acho...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Isso é uma agência dos Correios, isso é um posto, isso é uma franquia, o que é? Porque chega a uma cidade de 2 mil habitantes uma pessoa que ninguém na cidade sabe quem é, com 2 caixas de SEDEX, entrega nos Correios, e não acham estranho? Por que o cara não entregou direto no presídio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Essa é a pergunta.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é. Eu acho que nós deveríamos, inclusive, convocar quem toma conta lá do posto dos Correios para explicar essa situação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vamos pegar esse inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu vou aguardar os requerimentos do Relator e de V.Exa., e, sem dúvida nenhuma, vamos aprovar a convocação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Está muito estranho esse...

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Porque ali em Iaras são cerca de 2 mil habitantes, mas, nos finais de semana, circulam pelo menos 500, 600 pessoas, que vão ali para visitar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, mas, veja bem, não lhe parece estranho, se eu tenho uma caixa, estou trazendo para um familiar meu que está preso, eu vou no presídio visitá-lo, eu levo a caixa e entrego lá. Agora, os Correios não acharam estranho...

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - A idéia foi para não ser pego mesmo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, mas os Correios...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Os Correios não passarem...



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tem alguma coisa mal aí nos Correios.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Os Correios deixam para a fiscalização do agente penitenciário antes de fazer a entrega.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E eu acho que agora devem ter mudado a regra da penitenciária.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Com certeza. O diretor nem está mais lá. O diretor que determinava que fosse aberto na frente do preso não está mais lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aberto na frente do preso... Só podia ser aberto na frente do preso, a regra da penitenciária. É um espetáculo. Iam pegar todo o armamento, render todo o mundo. Eu acho que tem que ser aberto na frente de testemunhas, mas... de testemunhas idôneas ou coisa parecida, mas fora do local do preso, para saber o que tem, porque é ridículo isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito, Presidente, eu acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mais alguma pergunta?

Então, peço ao Dr. Marco Antonio que permaneça aqui conosco enquanto ouvimos as outras testemunhas. Agradeço. V.Sa. tem o tempo para as considerações finais, se quiser fazer alguma consideração final.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Desejo só agradecer mesmo, Sr. Presidente, e deixar aqui a cópia do boletim de ocorrência desse outro fato, com o telefone da DIG e o número do inquérito, para qualquer necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ótimo, tenho certeza de que o nosso Relator vai fazer os requerimentos para convidar o delegado desse inquérito, bem como depois convocar o representante dos Correios para sabermos por que essa facilidade tão grande.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Permanecemos às ordens para o que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado, Dr. Marco Antonio.

Convoco para ser ouvida Juliana Aparecida de Camargo.



Aproveitando o intervalo, vamos colocar em votação a ata da 56^a reunião. Indago se há necessidade da leitura.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Solicito dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Dispensada a leitura.

Agradeço ao Deputado Luiz Couto.

Coloco a ata em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Temos 2 requerimentos do Deputado Neucimar Fraga. Solicita seja autorizada a realização de diligência nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Quero dizer que no Estado do Rio de Janeiro já foi aprovada a diligência. Então, consequentemente, pode ser feita. Eu acrescentaria só o Estado do Espírito Santo.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Esse requerimento que foi aprovado tem o número 197/06.

Requerimento nº 198/06, do Deputado Neucimar Fraga, em que solicita seja providenciada pela Polícia Federal e forças auxiliares dos Estados lista das armas sob sua responsabilidade, relação das armas que tenham sido furtadas e/ou extraviadas e também as posteriormente recuperadas nos últimos 5 anos.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

A senhora é a D. Juliana Aparecida de Camargo, é isso?

A SRA. JULIANA APARECIDA DE CAMARGO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pode tirar a algema.

A senhora tem a possibilidade de fazer o compromisso de dizer a verdade. A senhora quer fazer esse compromisso de dizer a verdade? Se quiser fazer, é só ler essa...



A SRA. JULIANA APARECIDA DE CAMARGO - Eu não quero que tirem foto de mim. Eu não quero ver a imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Essa é uma audiência pública da CPI. Então, sendo uma audiência pública, não tem razão de se esconder nada. Eu só gostaria de saber se a senhora quer fazer o compromisso de dizer a verdade.

A SRA. JULIANA APARECIDA DE CAMARGO - Faço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, pode ler, por favor, isso.

A SRA. JULIANA APARECIDA DE CAMARGO - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito bem. D. Juliana, a senhora é casada, solteira?

A SRA. JULIANA APARECIDA DE CAMARGO - Solteira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, é senhorita. A senhorita foi presa em razão de, na casa em que se encontrava, ter sido encontrada arma de grosso calibre, bem como um míssil com 15 quilos de pólvora branca. O que a senhorita tem para falar sobre isso?

A SRA. JULIANA APARECIDA DE CAMARGO - Apenas eu aluguei a chácara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Alugou a chácara, lá. E esse armamento? A senhorita sabia que esse míssil podia explodir a qualquer hora, com movimento brusco? Tinha noção disso?

A SRA. JULIANA APARECIDA DE CAMARGO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não tinha noção disso. E alugou a chácara e foi lá. Quem é que entregou esse armamento lá na chácara?

A SRA. JULIANA APARECIDA DE CAMARGO - Os meninos que foram lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quais eram os meninos?

A SRA. JULIANA APARECIDA DE CAMARGO - Os que estão presos junto comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Os que estão presos junto com... A senhora tem que se aproximar um pouquinho mais só. Os que estão presos junto com a senhora. É o Carlos Alexandre e quem é o outro?



A SRA. JULIANA APARECIDA DE CAMARGO - (*Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Hein, fale um pouquinho mais alto, por favor.

A SRA. JULIANA APARECIDA DE CAMARGO - (*Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Hein?

A SRA. JULIANA APARECIDA DE CAMARGO - (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Baixou mais, Presidente. O senhor pediu para falar mais alto, ela reduziu mais a voz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Fale um pouco mais alto ao microfone.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Para que a gente possa ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixe-me lhe explicar, D. Juliana. A senhorita pode estar preocupada com alguma coisa. Não fique preocupada com nada. O que acontece é que nós somos uma CPI que investiga tráfico de armas, e a senhorita estava numa casa onde tinha armamento pesado — metralhadoras, fuzis. Tinha esse míssil, que é um armamento ultrapesado e ultraperigoso. Para ter uma idéia, agora, nós falamos com o delegado, e o delegado disse que 0,3 grama dessa pólvora branca é suficiente para arrancar dedo, mão. E lá naquele míssil sabe quanto tinha? Tinha 15 quilos dessa pólvora branca. Era suficiente para arrebentar um lugar igual a este aqui, com toda a tranquilidade. Então, era um explosivo superpotente. E nós até queríamos, depois, dizer, enviar para a Justiça, dizendo: a D. Juliana colaborou com a CPI. E isso vai servir como atenuante lá no seu procedimento.

A SRA. JULIANA APARECIDA DE CAMARGO - É, eu escrevi para a Primeira-Dama.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, isso vai servir para te ajudar. Agora, a única coisa que eu quero, e todos os Deputados que aqui estão querem, que a senhorita faça é dizer a verdade. Não precisa ter medo de nada. Se se sentir ameaçada por alguma coisa, nos avise e nós vamos requisitar proteção a sua vida, tanto a sua vida quanto a vida dos seus familiares. Se quiser, depois, também a gente pode pedir uma sessão reservada para poder falar sem imprensa, sem nada. Prefere uma sessão reservada para poder falar?

A SRA. JULIANA APARECIDA DE CAMARGO - Prefiro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Prefere uma sessão reservada?

Pois não, Deputado Neucimar Fraga.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sr. Presidente, só para esclarecer para a Sra. Juliana que essa sessão reservada é importante para a Comissão. E para a senhorita, desde que também esteja disposta a falar a verdade, conforme juramento que foi feito pela senhorita aí recentemente. E esta Comissão poderia então, a partir...

A SRA. JULIANA APARECIDA DE CAMARGO - Mas logo que entrei eu falei que eu não queria imprensa. Eu já deixei bem claro.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Porque, se for para falar a verdade e colaborar com a Comissão, a gente acata a decisão, Presidente, e a solicitação da reunião reservada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, deixe-me esclarecer. A senhorita gostaria de poder expor a verdade sobre os fatos, mas não gostaria na presença da imprensa.

A SRA. JULIANA APARECIDA DE CAMARGO - Logo que eu entrei eu falei: "Não quero imprensa".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está bom, então, nós podemos... Não, porque a reunião parte de um princípio público, que aqui sempre se faz tudo às claras. Agora...

A SRA. JULIANA APARECIDA DE CAMARGO - A única coisa que eu quero, entendeu, que vocês não entendem, é que eu possa ir embora — você está entendendo? — para eu poder cuidar do meu filho. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E a única coisa que nós queremos é que você nos ajude a evitar a morte de mais de 30 mil brasileiros que morrem por causa de tráfico de armas. Então, isso é a ajuda que nós queremos.

Pois não, Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, quando nós convocamos uma sessão secreta ou reservada, é no sentido de que a testemunha ou a pessoa que é convocada ou intimada queira colaborar. Então, nós podemos até ter essa sessão reservada. Agora, se a Sra. Juliana não tiver colaborado, nós voltaremos à



sessão aberta, porque não podemos permitir que... Ou seja, e aí ela prometeu dizer a verdade. Já está aqui. Então, aí já comete uma série de situações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu acho que V.Exa. tem toda a razão. Nós podemos transformar em reservada..

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É, mas se ela não colaborar, nós vamos voltar para a aberta, para que...

A SRA. JULIANA APARECIDA DE CAMARGO - Logo quando eu entrei, eu falei: "Não quero..."

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas não há... A sessão é pública.

A SRA. JULIANA APARECIDA DE CAMARGO - Não, eu tenho direito de poder falar o que eu quero e não (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, só para a senhorita saber: quem determina se a sessão é reservada ou não não é a pessoa que está sendo ouvida, é o Plenário, que transforma a sessão em reservada ou não. Então, os Deputados escolhem se querem dessa forma.

Eu vejo que os Deputados entendem que é importante termos uma sessão reservada nesse sentido.

Então, eu coloco em discussão essa possibilidade.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Aqueles que aprovam que a reunião se transforme em reservada permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Então, peço à Segurança que mantenha só assessores da CPI e os Deputados aqui entre nós.